

BARREIRAS ATITUDINAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS

CASTRO, Ane Karine Silva de (UFERSA)¹

FERREIRA, João Batista Neves (UFERSA) ²

Resumo:

O presente artigo examina as barreiras atitudinais enfrentadas pelos surdos no ambiente escolar, analisando como preconceitos, discriminação e a redução de expectativas reduzidas impactam diretamente a inclusão educacional e o direito à educação. Com base nos princípios da Constituição Federal de 1988 e nos direitos humanos, o estudo discute a importância da educação inclusiva e a necessidade de eliminar tais barreiras para garantir uma experiência escolar digna e acessível aos estudantes surdos. O texto também aborda os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na promoção da inclusão e os impactos que essas barreiras podem causar na vida acadêmica e pessoal dos surdos, enfatizando a urgência de uma reformulação das práticas educacionais para assegurar o respeito e a igualdade de oportunidades. O foco deste artigo é examinar as barreiras atitudinais enfrentadas pelos estudantes surdos nas escolas e como essas atitudes discriminatórias afetam seus direitos humanos, especialmente o direito à educação inclusiva e de qualidade. O estudo foi fundamentado nas concepções de Strobel, Quadros, Bisol, caracterizando-se como um estudo qualitativo, que visa examinar as manifestações sociais a partir da perspectiva do indivíduo surdo que sofre com tais barreiras discutidas e apresentadas ao longo da pesquisa. Discutir as barreiras atitudinais na educação de surdos é importante porque essas atitudes preconceituosas comprometem o direito à educação inclusiva e violam os princípios de igualdade e acessibilidade. Essas barreiras prejudicam o desenvolvimento dos alunos surdos e perpetuam sua exclusão social. O debate é essencial para conscientizar a sociedade e promover mudanças que garantam o respeito aos direitos humanos e a verdadeira inclusão desses estudantes.

Palavras-chave: Direitos humanos, Barreiras, Inclusão, Surdos.

¹ Graduanda em Letras Libras pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Email: ane.castro@alunos.ufersa.edu.br.

² Professor Doutor do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), doutor em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGLE/UFCG). Email: joao.libras@ufersa.edu.br



INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir e apresentar as principais barreiras, tendo como base a Constituição Federal de 1988 e os direitos humanos, que são universais e inalienáveis, garantindo a dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua origem, condição social, raça, gênero ou deficiência. Entre os direitos fundamentais, destaca-se o direito à educação, à igualdade, à não discriminação e à acessibilidade. No entanto, na prática, esses direitos muitas vezes não são garantidos para as pessoas surdas, sobretudo no ambiente escolar.

A educação é um direito humano essencial, garantido a todos, independentemente de suas diferenças físicas, sensoriais ou cognitivas. No entanto, no contexto da educação de surdos, as barreiras atitudinais preconceitos, discriminação e expectativas reduzidas persistem como grandes obstáculos para uma inclusão plena e eficaz (SASSAKI, 2003). Essas barreiras vão além do campo pedagógico, sendo também éticas e sociais, afetando diretamente o direito dos estudantes surdos a uma educação digna e de qualidade. De acordo com Skliar (1998) e Strobel (2008), compreender a surdez como diferença cultural e linguística é essencial para romper com práticas excludentes e promover a valorização da Libras como primeira língua dos alunos surdos. Nesse sentido, é imperativo que a sociedade, especialmente o ambiente escolar, seja reformulada para promover uma cultura de respeito, empatia e inclusão, permitindo que os alunos surdos desenvolvam todo o seu potencial.

Nossa intenção é examinar as dificuldades de atitude que os alunos surdos enfrentam no ambiente escolar, refletir sobre os direitos humanos relacionados à educação inclusiva, abordar a forma como a inclusão de surdos ocorre nas instituições de ensino e, por último, destacar os efeitos que essas barreiras podem ter na trajetória escolar e pessoal dos estudantes surdos. A superação dessas barreiras atitudinais é, portanto, um elemento central para garantir uma educação inclusiva e a promoção dos direitos humanos de forma plena.

METODOLOGIA



O presente artigo intitulado “Barreiras atitudinais na educação de surdos: uma questão de direitos humanos” investiga como tais discriminações podem afetar o processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda, causando exclusão e perpetuando a desinformação. Este estudo, foi desenvolvido a partir de estudos sobre as trajetórias de vida da comunidade surda, surgindo assim o interesse em estudar sobre os desafios educacionais vivenciados por essa comunidade na atualidade. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de cunha qualitativa, com objetivo de focar na compreensão aprofundada de fenômenos, de caráter bibliográfico exploratório desenvolvido usando materiais já criados, como livros e artigos científicos. (Gil, 2002, p.44).

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de obras de extrema importância na área da educação de surdos, direitos humanos, educação inclusiva, acessível e especial, bem como legislações existentes dentro na Constituição Federal de 1988. A análise de conteúdo ocorreu na tentativa de identificar obstáculos atitudinais, possibilitando discutir barreiras que refletem na garantia ou violação desses direitos humanos na área educacional dos estudantes surdos.

REFERENCIAL TEÓRICO

1 . Barreiras Linguísticas

Barreiras linguísticas são os desafios enfrentados em situações que ocorrem comunicação com diferentes línguas envolvidas, acarretando a falta de entendimento dos participantes do diálogo por utilizarem línguas diferentes. (Patacom) Isso acontece cotidianamente na vida dos surdos por causa da comunidade ouvinte que não conhece ou não sabe se comunicar utilizando a sua própria língua, acontecendo assim uma falha na comunicação. Embora exista a Lei nº 10.436 de abril de 2002 que em seu art 1ª reconhece e assegura:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL,2002)



Mesmo com leis como essa supracitada, que reconhece a Libras como forma de comunicação legítima da comunidade surda, tal lei não é respeitada pelo restante da comunidade, visto que, os membros desta querem que os surdos aprendam a falar português, porque só assim, para eles aconteceria a inclusão de forma certa. Isso ocorre em decorrência da falta de conhecimento e informações sobre tal língua e comunidade, gerando assim essas barreiras.

A língua é, sem nenhuma dúvida, um dos mais poderosos meios de identidade de que dispõe uma população. Por essa razão ela ocupa um lugar tão fundamental na cultura e é, por si mesma, um recurso que pode dar origem a múltiplos conflitos. Contudo, é conveniente colocá-la no contexto das relações de poder para melhor compreender sua significação. (Raffestin, 1993, p.97)

Assim, a língua não é somente um mero instrumento de comunicação, mas também funciona como registro cultural e social. Ela une comunidades estabelecendo pontes de interações simbólicas, resistência e construção do sentimento de pertencimento. Contudo, quando ocorre a desvalorização de uma língua, isso pode gerar conflitos e exclusões, Por isso Raffestin (1993) a coloca no centro das relações de poder. Logo, compreender que uma língua também forma identidades significa reconhecer que negar alguma língua é negar a própria existência dentro de uma sociedade.

A comunidade surda é um exemplo simbólico deste processo, pois apresenta diversas barreiras linguísticas que implicam em obstáculos ao direito à inclusão plena. Destaca-se a ausência de acessibilidade percebida pela falta de intérpretes e materiais adaptados em Libras, o uso do português como forma de comunicação, e a desvalorização da Libras. Soma-se esses fatores evidenciam a falta de conhecimento que a sociedade tem em relação a essa comunidade e a esta forma de expressar. Além destes fatores, existe também o preconceito atitudinal, marcado pela influência do oralismo, onde a pessoa surda precisa aprender a falar para poder ser inserida na sociedade.

Nesse cenário, reforça-se a importância da acessibilidade como papel indispensável para a execução da cidadania. Como lembra Sassaki (2009, p.2)

[...] a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do



desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência. (Sassaki, 2009, p. 2).

Isso envolve reconhecer a Libras como língua legítima e garantir sua presença em diferentes espaços sociais, educacionais e profissionais. Assim, a superação destas barreiras acontece por esse reconhecimento da língua como direito humano facilitando o exercício plena do indivíduo em sociedade.

2.2 - Barreiras Atitudinais

As barreiras atitudinais:

As barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidas ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos. (LIMA; TAVARES, 2012, p. 104)

Em consonância com isso, percebe-se que as barreiras atitudinais representam graves problemas para a execução da inclusão de pessoas surdas na sociedade, em virtude dos preconceitos existentes e discriminações que dificulta a participação destes na sociedade, tais atitudes refletem a forma como esses indivíduos são tratados e vistos dentro da sociedade.” Na Antiguidade, as pessoas surdas ou qualquer pessoa com deficiência eram consideradas seres impensáveis, incapazes de viver por causa de suas limitações. Focado na história dos surdos durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), essa situação atingiu seu ápice. Como expressa Biesold (1999), os ouvintes que participavam do sistema nazista afirmavam que os surdos deveriam ser esterilizados, e muitos aceitavam essa imposição, acreditando que esse seria o seu destino, pois “era melhor não ter filhos do que ter um filho cego, surdo ou epilético”.

Com o decorrer do tempo, com a luta da comunidade surda esses desafios diminuíram, mas ainda existentes em nossa sociedade, principalmente pelo pensamento de que eles não conseguem fazer nada sozinho, Mello (2016),



[...] alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos ao corpo normatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimento de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia. (MELLO 2016).

O capacitismo é um dos tipos de discriminação bastante presente em nossa sociedade que trata as pessoas com deficiência como incapazes de realizar atividades normais do dia a dia. Mello (2016) destaca que esse capacitismo também tem relação ou influência com outras formas de opressões, como o racismo, pois se alimenta de desigualdade e exclusão. Assim, discutir sobre barreiras atitudinais é de suma importância para entendermos como essas ações podem afetar ou impactar o processo de ensino e aprendizagem dessas pessoas com deficiência, nesse estudo nos interessa os alunos surdos.

No contexto educacional, tais barreiras e formas de opressões são encontradas camufladas. Em um ambiente que deveria ser inclusivo e de fácil acesso a todos quando pensamos na minoria como a comunidade surda, percebemos que, a falta de preparo dos professores para conseguir atender as necessidades da pessoa surda, diversidade linguística, como não utilizar sua língua como forma de comunicação e interação dentro de sala de aula podem ser exemplos dessas barreiras. A existências dessas barreiras dentro de uma escola promovem mais preconceitos, opressões, e principalmente a quebra de confiança dos alunos com deficiência. (Ribeiro, Simões e Paiva, 2017)

Por conseguinte, para evitar tal desgaste e falha no processo de ensino e aprendizagem destes indivíduos surge a educação inclusiva que garanta os direitos das pessoas surdas, pois tem uma proposta de uma escola que se adapte às necessidades de cada aluno promovendo a sua participação nas interações. No caso dos alunos surdos, essa educação acabaria com as barreiras atitudinais carregada como herança pela sociedade desde a antiguidade até o presente e no ambiente escolar, como barreira comunicacionais, respeitando a diversidade linguística, Tendo em vista isso, Almeida e Fonseca discutem:

A educação inclusiva objetiva constituir políticas públicas que ofereçam educação de qualidade para todos os alunos, atendendo às especificidades de cada um. Constitui-se em um paradigma educacional também fundamentado por leis. Ainda que o acesso à educação já seja universalizado, continuam sendo excluídos



indivíduos fora dos padrões historicamente considerados adequados pela escola.(ALMEIDA e FONSECA, 2015, p. 05)

Os autores mostram que não adianta só fornecer o fácil acesso à educação, a educação inclusiva busca garantir uma educação de qualidade que respeite e valorize as necessidades e diferenças de cada aluno. A ausência de intérpretes de Libras, , materiais acessíveis e metodologias bilíngues adaptadas para os surdos, representa o quadro de exclusão, mesmo os alunos estando presentes em sala de aula. Para que ocorra a inclusão é preciso garantir o acesso linguístico, ou seja, ter um professor capacitado na área da Libras ou um intérprete que possa intermediar a comunicação entre eles, bem como o ensino de Libras para os professores e alunos, assim Oliveira (2024) mostra:

Assim percebemos que o ensino de Libras favorece a quebra de barreiras de comunicação e possibilita a construção de pontes entre diferentes comunidades, como os ouvintes e os surdos, promovendo a sensibilização para a importância da acessibilidade e da construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. (Oliveira, 2024)

A adaptação de materiais e aulas que motivem uma interação entre os ouvintes e surdos pode ajudar a criar um ambiente de aprendizagem mais leve e colaborativo, onde todos aprendem juntos. Pensando nessa perspectiva, a educação inclusiva não só elimina essas barreiras existentes como também muda a escola tradicional para um ambiente em que todos possam interagir e que seja democrático que possam expressar suas opiniões. Todas as formas de adaptações e inclusões são importantes. Para Bernardinho e Moreira (2022):

Todas as formas de acessibilidade são importantes e complementares no processo de inclusão. Mas nesse processo, a atitude e o desejo de mudar sempre precedem a mudança, de forma que não há dúvida – a acessibilidade atitudinal é um caminho possível para uma sociedade inclusiva (Rodrigues; Bernardino; Moreira, 2022).

A acessibilidade atitudinal é o alicerce de todas as outras formas de acessibilidade. Sem uma disposição real de mudar nossas concepções e práticas, qualquer recurso material ou tecnológico acaba sendo insuficiente. Isso fica especialmente claro no contexto da educação, onde o preconceito, as expectativas baixas em relação às capacidades dos estudantes com deficiência e a resistência às



mudanças metodológicas ainda representam grandes obstáculos. Reconhecer que a mudança começa na atitude é um convite à reflexão ética: cabe a educadores, gestores e toda a sociedade se comprometerem a romper com estigmas, valorizar a diversidade e criar ambientes verdadeiramente inclusivos.

Portanto, a barreira atitudinal é um dos maiores desafios enfrentados para alcançar a verdadeira inclusão, pois não dependem de políticas ou recursos de acessibilidade, mas de uma mudança da forma de pensar da sociedade. Dessa forma, quando a comunidade escolar adota uma postura aberta, ética e comprometida com a diversidade, ela cria um ambiente que vai além de garantir o direito à educação. Nesse espaço, o respeito às diferenças e a valorização de cada pessoa como parte importante do coletivo ganham destaque. Assim, a educação inclusiva deixa de ser apenas um ideal teórico e se transforma em uma prática concreta, capaz de romper com padrões excludentes e contribuir para uma sociedade mais justa e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas barreiras, principalmente as atitudinais, são obstáculos significativos para a inclusão dos alunos surdos na educação e para o acesso aos seus direitos. Essa situação mostra o quanto a inclusão precisa ir além do papel, exigindo uma mudança cultural e pedagógica. É importante questionar os conceitos de normalidade e valorizar a diversidade como elemento fundamental na educação. Enfrentar o capacitismo precisa de políticas de inclusão e acessibilidade que promovam a autonomia e os direitos das pessoas com deficiência, ajudando a prover uma sociedade mais justa e igualitária e democrática, onde todos são ouvidos e podem fazer parte de conversas em prol da melhoria da sociedade. Sem essa mudança, mesmo com legislações e programas que promovam a inclusão tornam-se insuficientes, causando assim a exclusão das pessoas surdas.

Este estudo visa apresentar a importância da criação de políticas públicas e legislações voltadas para a inclusão de pessoas surdas e a prática dessas medidas pode proporcionar mudanças severas nas atitudes e na conscientização de professores e todo o corpo de uma escola e sociedade geral. A oferta de uma educação inclusiva precisa não só de adaptações do espaço, como também a valorização da diversidade, seja linguística ou cultural e o respeito pela identidade da comunidade surda.



Dessa forma, vencer obstáculos relacionados às nossas atitudes é crucial para que as mudanças na educação aconteçam de verdade, assegurando que a inclusão se torne algo real e não somente uma regra no papel.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Andreia Oliveira. FONSECA, Maria da Conceição Vinciprova. Libras: a inclusão de surdos na escola regular, 2015. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/09/65-69.pdf>
- BIESOLD, H. Crying hands: eugenics and deaf people in nazi Germany. Washington, DC: Gallaudet University Press, 1999.
- BRASIL. Assembleia Legislativa. Constituição (2002). Lei nº 10.436, de 25 de abril de 2002. DISPÕE SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Lei Nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Brasília, DF, 25 de abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. acesso em: 12 de ago, 2025
- da UFSC. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, RJ, v.21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.
- Gil, Antônio Carlos, 1946-Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002
- LIMA, Francisco José de; TAVARES, Fabiana dos Santos Silva. Conceituação e taxonomia das barreiras atitudinais praticadas contra a pessoa com deficiência. 2012. Disponível em: <http://www.proinclusao.ufc.br/wp>
- MELLO, Anahi G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa
- OLIVEIRA, Francisco Ferreira de. O ENSINO DE LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: quebrando barreiras linguísticas na comunicação entre as pessoas surdas e as ouvintes. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7135/1/FRANCISCO%20FERREIRA%20DE%20OLIVEIRA.pdf> acesso em: 02 de set de 2025
- RAFFESTIN, Claude. Língua e poder. In: _____. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993
- RIBEIRO, Ernani Nunes; SIMÕES, José Luís; PAIVA, Fábio da Silva. Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu.



Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 210–226, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/66>. Acesso em: 20 maio. 2025.

RODRIGUES, Marlene; BERNARDINO, José Lourione Freitas; MOREIRA, Melissa Velanga. Barreiras atitudinais: a exclusão que limita a acessibilidade de pessoas com deficiência. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1311–1326, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15058>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

TRII. Barreiras linguísticas: o que são? 3 dicas para eliminar! Disponível em: <https://patacom.com.br/barreiras-linguisticas/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

